



Mycon Administradora de Consórcios S/A

CNPJ 27.268.770/0001-76

Certificação de Autorização nº 03.00.010.91

**Carta de apresentação sobre a remessa eletrônica das Demonstrações Financeiras para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional
Ao BACEN - Banco Central do Brasil**

Em atendimento ao disposto no art. 45, § 3º, da Resolução BCB nº 2, encaminhamos, por meio de arquivo eletrônico, os documentos relacionados a seguir, os quais integram as Demonstrações Financeiras do Mycon Administradora de Consórcio S.A., referentes ao período findo em 30 de junho de 2026:

- Relatório da administração
- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração consolidada dos recursos de consórcio;
- Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos e;
- Notas explicativas;

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados em 28 de agosto de 2026 nos sítios eletrônicos abaixo:

<https://www.mycon.com.br/relatorios-e-documentos>

<https://www.gov.br/centraldebalancos/demonstracoes>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.

Sem mais

Francis Augusto da Silva

Diretor Adm. e Financeiro

CRC 310061/O-1 – SP

E-mail: francis.augusto@mycon.com.br

Robson Subtil de Amorim

Diretor de Risco & Compliance

CRA 6093 – ES

E-mail: robson.subtil@mycon.com.br

Luiz Antonio Ribeiro Santiago

Contador

CRC 1SP246334/O-0

E-mail: luiz.santiago@mycon.com.br

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstração consolidada dos recursos de consórcio

Demonstração consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, apresentamos para a apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do Mycon Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Mycon Consórcios”), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das demonstrações consolidadas dos Grupos de Consórcios, as notas explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

O Mycon Consórcios tem 50 anos de fundação e a operação está posicionada como uma fintech que viabiliza o acesso aos seus clientes, em todo o território Nacional, a um crédito mais barato através de um consórcio digital e com um único propósito, promover as conquistas de um jeito transparente, simples, justo e humano. Neste contexto, realizamos a administração dos grupos de consórcios, principalmente bens imóveis, móveis e serviços, possibilitando aos seus clientes a aquisição de bens e serviços e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

No semestre findo em junho de 2026, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à otimização de vendas com ações de manutenção dos investimentos em publicidade e propaganda, otimizações da jornada de compra dos clientes, fortalecimento de canais de parceria e recomposição da taxas de administração em níveis mais próximos de mercado, com consequente aumento da rentabilidade.

Destacamo-nos principalmente, pela inovação e uso intensivo de tecnologia e, possuímos os mais elevados níveis de governança corporativa. O mesmo projeto de inovação contemplou a criação de novos produtos, investimento em nossas equipes e melhoria dos processos internos buscando redução de custos e eficiência operacional.

Em relação ao cenário macroeconômico do Brasil, no qual a Companhia desenvolve os seus negócios, destaca-se o crescimento de 2,3% do PIB em 2025, enquanto para o ano de 2026, a projeção de crescimento do PIB foi ajustada para 1,99%, conforme estimativas divulgadas no Boletim Focus do Banco Central em 26 de junho de 2026.

A taxa de desemprego, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, apresentou redução e atingiu 5,4% no trimestre móvel encerrado em junho de 2026, frente aos 5,6% registrados no trimestre encerrado em maio de 2026. Este é um aspecto em geral que tem efeito positivo para o mercado de consórcio, considerando o aumento da renda recorrente da população.

A taxa de juros no Brasil se mantém em patamar elevado, com a Selic fixada em 14% ao ano na reunião do Copom de agosto de 2026. Esse cenário de juros é outro fator que leva o Consórcio a ser mais atrativo frente a outros produtos de crédito, visto que no Consórcio não é cobrada taxa de juros de seus clientes. Por fim, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA, encerrou o mês de junho de 2026 alcançando a marca de 4,64%.

O Sistema de Consórcios em junho de 2026 continuou apresentando resultados positivos, com crescimento de 12,6% do número de participantes ativos em junho de 2026 comparado ao mesmo período de junho de 2025. De acordo com ABAC (Associação Brasileira de Administradores de Consórcios), em junho de 2026 o setor atingiu a marca de 13,36 milhões de participantes ativos, enquanto no mesmo período do ano passado era de 11,86 milhões.

No que se refere à comercialização de novas cotas no mercado de consórcios, foram comercializadas 2,82 milhões de novas cotas no acumulado de janeiro a junho de 2026, volume 14,8% superior às 2,46 milhões de cotas comercializadas no mesmo período de 2025, conforme informações divulgadas pela ABAC.

Os negócios realizados no mercado de consórcios somaram R\$ 278,99 bilhões até junho de 2026, representando crescimento de 25,5% em relação aos R\$ 222,39 bilhões registrados no mesmo período de 2025.

Nesse cenário, a Administradora apresentou evolução relevante em importantes indicadores operacionais. Em comparação ao primeiro semestre de 2025, a base de cotas ativas cresceu 25,5%, demonstrando a expansão da carteira administrada.

Por outro lado, o número de cotas vendidas apresentou redução de 23,7%, enquanto o volume de créditos comercializados recuou 21,7%. Esse movimento é decorrente de aprimoramento da política comercial, combinando incremento das taxas de administração e maior seletividade na formação da carteira. A estratégia busca aumentar a rentabilidade, reduzir os níveis de inadimplência e ampliar a qualidade e a contribuição das cotas para a formação do fundo comum dos grupos de consórcio, favorecendo sua sustentabilidade financeira.

Além do crescimento da carteira ativa, destaca-se a evolução das contemplações. Considerando que uma das principais finalidades do sistema de consórcios é proporcionar aos consorciados o acesso a bens e serviços por meio das contemplações, a Administradora registrou crescimento de 43,1% no número de cotas contempladas em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outro grande diferencial das nossas plataformas de venda é o menor índice de cancelamento quando comparado à média do mercado, o que é possível pelo fato da venda em nosso canal digital ser simples, transparente e direta para o cliente final, o que nos torna mais ágeis e flexíveis para entender e esclarecer as dúvidas e demandas dos nossos clientes, resultando em venda com muito maior qualidade.

A receita contábil das administradoras de consórcio é apropriada mensalmente pela soma das taxas de administração cobradas em cada parcela do plano de consórcio e outras taxas aplicadas independente do período em que a venda foi realizada. Em função disto, em cada venda a administradora passa a ter as taxas futuras como um recebível de longo prazo, por isso, é importante analisar tanto a evolução da receita contábil, que cresceu 49,4% neste período comparado ao mesmo período de 2025, como também a evolução da taxa de administração a receber, que neste caso aumentou 26,8% no semestre findo em 30 de junho de 2026.

Nosso time também cresceu ao longo de 2026, assim como nossa atenção e cuidado às nossas pessoas. Iniciamos o ano com 160 colaboradores, enquanto em junho de 2026 estávamos com 171 colaboradores.

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos os nossos consorciados, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança, credibilidade e apoio recebido ao longo do 1º semestre de 2026 e, em especial, agradecer aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem as suas atividades todas elas voltadas para a satisfação dos nossos clientes.

Vitória, 28 de agosto de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Mycon Administradora de Consórcios S.A.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mycon Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2026 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira da demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2026 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026, que indica ações realizadas pela Administração para reversão dos prejuízos recorrentes da Administradora, o qual denota o montante de R\$ 4.517 mil para o semestre findo em 30 de junho de 2026, prejuízos acumulados totais no semestre de R\$ 230.070 mil, bem como o capital circulante líquido negativo de R\$ 4.383 mil. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade operacional da Administradora que depende dos aportes de capital realizados pelos seus acionistas e do sucesso da implementação de seu plano de negócios e recuperação, o que permitiria sua manutenção e continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Diretoria;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S. A.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025		Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	29	45	Impostos e contribuições a recolher	12	1.783	1.663
				Obrigações trabalhistas	13	3.649	2.844
Ativos financeiros				Provisão para programa participação resultado	14	1.127	4.771
Ao custo amortizado				Fornecedores	15	4.791	3.349
Instrumentos financeiros	5	3.363	2.980	Recursos não procurados	24	161	887
Instrumentos financeiros - Grupos encerrados	6	161	887	Receitas a diferir	16	390	240
Créditos a receber	8	3.082	3.045	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		2.000	-
		6.606	6.912	Total do passivo circulante		13.901	13.754
Outros ativos				Não circulante			
Impostos a compensar	7	299	856	Receitas a diferir	16	1.498	1.088
Outros créditos	8	69	35	Provisão para contingências	21.a	522	443
Outros valores e bens	9	2.515	1.213	Total do passivo não circulante		2.020	1.531
		2.883	2.104				
Total do ativo circulante		9.518	9.061				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros créditos	8	38	155	Capital social	17	237.715	56.815
Outros valores e bens	9	9.375	6.433	Capital a homologar	17.1	-	173.900
Depósitos judiciais	21	84	83	Prejuízos acumulados		(230.070)	(225.553)
Imobilizado	10	1.630	1.655			7.645	5.162
Intangível	11	2.921	3.060				
Total do ativo não circulante		14.048	11.386				
Total do ativo		23.566	20.447	Total do passivo e patrimônio líquido		23.566	20.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Resultado de títulos e valores mobiliários		(338)	(152)
Receitas da intermediação financeira		(338)	(152)
Taxa de administração	19.1	46.252	30.958
Despesas de pessoal	19.2	(18.080)	(17.311)
Despesas administrativas	19.3	(2.194)	(4.219)
Despesas tributárias	19.4	(7.597)	(5.126)
Depreciação e amortização	10. b e 11. b	(481)	(345)
Despesas de serviços de terceiros	19.5	(8.635)	(6.229)
Despesas com marketing	19.6	(19.654)	(22.583)
Outras receitas operacionais	19.7	6.320	4.130
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	(4.069)	(20.725)
Resultado operacional		(4.407)	(20.877)
Despesas não operacionais	23	(111)	(223)
Receitas não operacionais	23	1	2
Resultado não operacional		(110)	(221)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social dos semestres	20	(4.517)	(21.098)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido		-	-
Prejuízo dos semestres		(4.517)	(21.098)
Quantidade de ações (em lotes de mil)		237.715	56.815
Prejuízo dos semestres por ação (Em Reais)		(0,02)	(0,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S. A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo dos semestres	(4.517)	(21.098)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(4.517)	(21.098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a homologar	Prejuízos acumulados	Patrimonio liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		56.815	138.900	(192.225)	3.490
Prejuízo do semestre		-	-	(21.098)	(21.098)
Capital a homologar	17.1	-	35.000	-	35.000
Saldos em 30 de junho de 2025	17	<u>56.815</u>	<u>173.900</u>	<u>(213.323)</u>	<u>17.392</u>
Mutações do semestre		-	35.000	(21.098)	13.902
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17	<u>56.815</u>	<u>173.900</u>	<u>(225.553)</u>	<u>5.162</u>
Aumento de capital	17.1	180.900	(173.900)	-	7.000
Prejuízo do semestre		-	-	(4.517)	(4.517)
Saldos em 30 de junho de 2026	17 e 28	<u>237.715</u>	<u>-</u>	<u>(230.070)</u>	<u>7.645</u>
Mutações do semestre		<u>180.900</u>	<u>(173.900)</u>	<u>(4.517)</u>	<u>2.483</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo dos semestres	20	(4.517)	(21.098)
Aumento/(diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização		481	345
Baixa ativo imobilizado		-	11
Provisão programa de participação no resultado		1.086	1.249
Provisão para contingências	21	292	168
Provisão para perdas esperadas	8	47	226
Prejuízo ajustado dos semestres		(2.611)	(19.099)
Variações nos ativos e passivos			
Créditos a receber		(220)	-
Impostos a compensar		557	703
Outros créditos		219	(1.253)
Outros valores e bens		(4.244)	(3.621)
Depósitos judiciais		(1)	15
Outros impostos e contribuições a recolher		120	(46)
Obrigações trabalhistas		805	1.083
Provisão para programa participação resultado		(4.730)	(2.840)
Fornecedores		1.442	1.529
Recursos não procurados		(726)	30
Receitas a diferir		560	682
Provisão para contingências	21	(213)	(68)
Recursos consumidos nas atividades operacionais		(9.042)	(22.885)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10.b.	(317)	(310)
Aquisição de ativo intangível	11	-	(210)
Recursos consumidos nas atividades de investimento		(317)	(520)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital	17.2	7.000	35.000
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		2.000	-
Recursos gerado nas atividades de financiamento		9.000	35.000
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(359)	11.595
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4, 5 e 6	3.912	6.189
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4, 5 e 6	3.553	17.784
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(359)	11.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S. A.

Demonstração consolidada de recurso de consórcio
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025		Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	1.466	2.559	Obrigações com consorciados	3.2.e	607.179	534.814
Aplicações financeiras	5	399.273	339.769	Valores a repassar	3.2.f	9.552	7.932
				Obrigações por contemplações a entregar	3.2.g	376.918	326.035
Outros créditos				Recursos a devolver a consorciados	3.2.h	121.633	106.711
Normais	3.2.c	752.589	658.934	Recursos de grupos		43.482	31.330
Contribuições a receber em atraso		2.757	2.287			1.158.764	1.006.822
Contribuições a receber ajuizadas		2.679	3.273				
		1.158.764	1.006.822				
Compensação	3.2.i			Compensação	3.2.i		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		38.284	35.206	Recursos mensais a receber de consorciados		38.284	35.206
Contribuições devidas ao grupo		6.878.801	6.704.319	Obrigações do grupo por contribuição		6.878.801	6.704.319
Consortados - bens a contemplar		6.725.035	6.570.488	Obrigações por futuras contemplações		6.725.035	6.570.488
		13.642.120	13.310.013			13.642.120	13.310.013
Total do ativo		14.800.884	14.316.835	Total do passivo e patrimônio líquido		14.800.884	14.316.835
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S. A.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício			
Depósitos bancários		2.559	1.374
Aplicações financeiras		13.734	14.061
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		326.035	229.486
		<u>342.328</u>	<u>244.921</u>
Recursos coletados	3.2.l		
Contribuição para aquisição de bens		306.081	251.627
Taxa de administração		46.156	29.820
Contribuição ao fundo de reserva		314	307
Recebimentos de aplicações financeiras		20.418	14.338
Multas e juros moratórios		2.394	1.403
Prêmios de seguros		1.907	1.489
Custas judiciais		4	8
Reembolso de despesas de registro		2	-
Outros		869	1.987
		<u>378.145</u>	<u>300.979</u>
Recursos utilizados	3.2.m		
Aquisição de bens		(257.625)	(193.348)
Taxa de administração		(46.470)	(30.369)
Multas e juros moratórios		(1.194)	(701)
Prêmios de seguros		(1.928)	(945)
Custas judiciais		(4)	(8)
Devolução a consorciados desligados		(12.513)	(11.479)
		<u>(319.734)</u>	<u>(236.850)</u>
Disponibilidades no fim do semestre/exercício			
Depósitos bancários		1.466	1.327
Aplicações financeiras		16.642	14.878
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		382.631	292.845
		<u>400.739</u>	<u>309.050</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Mycon Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora”, “Companhia” ou “Mycon Consórcios”) é uma instituição que tem por objetivo a prestação de serviços de administração de grupos de consórcio que se destinem à aquisição de bens móveis (automóveis e motocicletas), imóveis e de prestação de serviços, regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), iniciou suas atividades em 13 de novembro de 1975, com sede na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 675, 7º andar, sala 701, Enseada do Suá, CEP 29050-912, Vitória - ES e filial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 8º andar, Torre IV, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, São Paulo - SP.

Os recursos recebidos de grupos de consórcio são administrados pela Companhia e utilizados pelos clientes para a aquisição de bens ou serviços, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e envolvem: cobranças de: taxas de administração, fundo de reserva (em alguns grupos) e seguro de quebra de garantia, sendo esta última repassada à uma companhia seguradora responsável pela eventual inadimplência de consorciados já contemplados.

1.1. Continuidade operacional

O planejamento estratégico realizado pela Administração da Companhia baseia-se no cenário de continuidade operacional. As ações em curso para reversão do prejuízo envolvem a potencialização das vendas para crescimento de receita futura, apoiado os investimentos em publicidade e propaganda e criação de canais de parceria. A Companhia tem investido de forma contínua em tecnologias para otimização do fluxo de vendas e, por consequência, resultando na redução no custo de aquisição do cliente. Neste planejamento, a Administração considerou que os investimentos para o crescimento dos negócios serão originados pela própria Companhia e seus acionistas, inclusive com a manutenção do recebimento de aportes. Estas ações têm mostrado efetividade, considerando o crescimento consistente de receitas sem aumento proporcional das despesas, resultado em uma melhoria no resultado se comparado ao mesmo semestre de 2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia para um horizonte de, no mínimo, 12 meses após a data-base destas demonstrações financeiras, considerando suas projeções econômico-financeiras, os planos operacionais e o suporte financeiro dos acionistas, conforme apresentado na nota explicativa nº 29.b. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não há incertezas relevantes que levantem dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

2. Bases de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e com base na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, bem como com observância às demais normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB"), específicas para as administradoras de consórcio e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; e (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Mycon Consórcios na elaboração das demonstrações financeiras, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes até 30 de junho de 2026, conforme relação a seguir:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível;
- v. Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- vi. Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, conforme Resolução BCB nº 178/ 2022;
- vii. Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- viii. Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- ix. Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- x. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo;
- xi. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente;

(b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Mycon Consórcios.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de agosto de 2026.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Da Administradora

(a) Ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4, 5 e 6.

(c) Instrumentos financeiros

São demonstrados de acordo com Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e classificados e mensurados conforme a característica do título.

Os títulos e valores mobiliários do Mycon Administradora de Consórcios S.A. são classificados e mensurados ao custo amortizado, uma vez que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais até o vencimento, sendo tais fluxos compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

(e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

(f) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, quando aplicável. A Administração avalia a vida útil econômica dos ativos intangíveis com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis são classificados como de vida útil indefinida quando não há limite previsível para o período durante o qual se espera que gerem benefícios econômicos para a Companhia, considerando sua contínua atualização, aprimoramento e integração ao modelo de negócio. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada. Os Projetos Martech e Data Lake são amortizados pelo prazo estimado de 5 anos, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, conforme descrito na nota explicativa nº 11. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade, no mínimo, anualmente ou sempre que houver indícios de perda por redução ao valor recuperável. Os ativos com vida útil definida são avaliados quanto à recuperabilidade sempre que houver indicação de perda. Com base nas análises da Administração, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável na data das demonstrações financeiras.

(g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 30 de junho de 2026 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(h) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Administradora tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia passou a provisionar a participação nos resultados, instituída em 2021. A provisão é contabilizada com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877 de 23 de dezembro de 2020, e suas revisões, sendo reconhecida de forma proporcional no resultado, ao longo do exercício e sendo devida caso os indicadores estabelecidos pela Companhia e aprovados pelo Sindicato sejam atingidas ao final do exercício corrente.

(j) Tributos correntes e diferidos

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real anual. Em caso de registro de lucro, o Imposto de renda e a Contribuição Social são apurados mensalmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 9%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social, calculadas e contabilizadas às alíquotas descritas anteriormente, respeitando os limites de realização dos créditos, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020.

O Imposto sobre serviço é constituído à alíquota-base de 5% do faturamento, os impostos PIS e COFINS são constituídos à alíquota-base de 1,65% e 7,6% para o regime não cumulativo e 0,65% e 4% sobre as receitas financeiras no regime cumulativo.

(k) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e as taxas de administração decorrentes da prestação dos serviços passaram a adotar o regime de competência no qual o fato gerador é a administração do consórcio mensal, independente do recebimento.

(l) Recursos a devolver de grupos encerrados

Refere-se a recursos a serem devolvidos de grupos encerrados cujo montante encontra-se aplicado em operações compromissadas e em depósitos bancários.

(m) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução BCB nº 9 de 12 de agosto de 2020.

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. As contingências passivas são reconhecidas quando baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, se for considerado provável o risco da perda de uma ação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(n) Receitas e despesas a diferir

Corresponde ao diferimento das taxas pagas antecipadamente pelo consorciado, bem como das comissões, os quais serão apropriados ao resultado de acordo com o prazo da cota, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021.

(o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.2. Dos grupos de consórcio

(a) Ativo circulante

Representam o conjunto de bens e direitos dos grupos de consórcio.

(b) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais, de forma consolidada, são mantidos em conta vinculada, para aplicação diária no mercado financeiro em investimentos de baixo risco, conforme determina a Resolução nº 362 de 14 de dezembro de 2023 que altera a Resolução nº 285 de 19 de janeiro de 2023. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva (quando aplicável) de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre tais rendimentos.

(c) Direitos junto aos consorciados - Normais

Representa o valor das contribuições devidas pelos consorciados a título de fundo comum e de fundo de reserva (quando aplicável), no momento da contemplação.

(d) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, quando aplicável. Os recursos a devolver a consorciados excluídos são atualizados pelos mesmos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, líquidos de Imposto de Renda.

(e) Contribuições de consorciados não contemplados

Demonstra o montante recebido dos consorciados que ainda não foram contemplados. Esses recursos são utilizados para a aquisição de bens.

(f) Valores a repassar

Representa os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados à Administradora. Esses valores são divididos em (i) taxa de administração; (ii) prêmios de seguros; (iii) multas e juros moratórios; (iv) multa rescisória (consorciados desistentes); e (v) custas judiciais (incidente sobre cobrança executada).

(g) Obrigações por contemplações a entregar

Representa os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

(h) Recursos a devolver a consorciados

Representa o valor dos recursos a devolver aos consorciados, divididos em: (i) ativos em andamento – nos casos de excessos de amortização; (ii) ativos pelo rateio – por ocasião do rateio para encerramento dos grupos; e (iii) excluídos – montante a ser ressarcido aos consorciados excluídos dos grupos.

(i) Contas de compensação

- Previsão de recursos mensais a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados: demonstram a previsão de recebimento de contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) de consorciados para o mês seguinte ao encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguros, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições: referem-se ao total das contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos;
- Valor dos bens a contemplar: correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculadas com base no preço do bem vigente no período.

(j) Resumo das operações de consórcios

	Em 30 de junho de 2026
Grupos em andamento	87
Consortados ativos	70.017
Consortados contemplados	19.155
Bens pendentes de entrega	50.862
Bens entregues a consortados	15.347
Assembleias a realizar	9.323
Percentual de inadimplência	12,21%

(k) Demonstração consolidada da variação na disponibilidade de grupos

Representa os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

(l) Recursos coletados

Os recursos coletados dos grupos de consórcio são apresentados cumulativamente desde o início dos grupos e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição dos bens, recebidas dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva (quando aplicável), do seguro de vida, e do seguro de quebra de garantia quando autorizado pelo consorciado.

O fundo de reserva (quando aplicável) destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento das prestações.

O saldo remanescente dos recursos de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

(m) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição mensal para aquisição de bens.

4. Disponibilidades

	Administradora		Grupos de consórcios	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades (a)	29	45	1.466	2.559
Total	29	45	1.466	2.559

(a) Disponibilidades bancárias em contas correntes.

5. Instrumentos financeiros

Administradora	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancário (a)	3.363	3.363	2.980	2.980

Abertura por vencimento			Abertura por vencimento		
Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total
144	3.219	3.363	214	2.766	2.980

(a) A Administradora concentra substancialmente suas aplicações no Banco Bradesco S.A. em CDB com rentabilidade de 101% do CDI. De acordo com a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 os títulos estão classificados e mensurados pelo custo amortizado, uma vez que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais até o vencimento, sendo tais fluxos compostos exclusivamente por principal e juros sobre o valor principal.

Grupos ativos	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Operações Compromissadas (b)	399.274	399.274	339.769	339.769

Abertura por vencimento			Abertura por vencimento		
Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Total
170.428	228.846	399.274	147.322	192.447	339.769

(b) Os investimentos dos grupos ativos são feitos em aplicações financeiras em operações compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilizações de 98% dos Certificados de Depósito - CDI através do Banco do Brasil. Conforme o artigo 1º, §1º, da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 a norma não se aplica à escrituração contábil dos grupos de consórcio pelas administradoras autorizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

6. Instrumentos financeiros – Grupos encerrados

Administradora	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
a) Certificado de Depósito Bancário	161	161	887	887
Abertura por vencimento				
Vencimento até 365 dias			Vencimento até 365 dias	
38			887	
Vencimento após 365 dias			Vencimento após 365 dias	
123			-	
Total	161		Total	887

Os recursos dos grupos de consórcio encerrados são mantidos em aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indexados à Selic, registradas na CETIP, com remuneração equivalente a 98% do CDI. Em 30 de junho de 2026, o valor registrado era de R\$ 161, ante R\$ 887 em 31 de dezembro de 2025. Esses ativos são mensurados e registrados pelo custo amortizado, conforme a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023.

7. Impostos a compensar

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
PIS a compensar (a)	-	69
COFINS a compensar (a)	-	251
IRRF sobre aplicação financeira a compensar	281	498
Demais impostos a compensar	18	38
	<u>299</u>	<u>856</u>

- a) Pis e Cofins a compensar: o crédito fiscal do exercício findo em dezembro de 2025 correspondia ao saldo incidente sobre as despesas com marketing e sobre as despesas com comissão, conforme parecer jurídico tributário. Em 6 de janeiro de 2025, o CARF decidiu que despesas com publicidade e propaganda para divulgação e captação de clientes configuram insumos para fins de créditos de PIS/ COFINS.

8. Outros créditos

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante		
Vendas de cotas cartão de crédito (a)	428	724
Taxa de administração a receber	510	136
Créditos a receber (b)	<u>2.144</u>	<u>2.185</u>
Ativos financeiros – Ao custo amortizado	3.082	3.045
Outros créditos (c)	69	35
Outros ativos	<u>69</u>	<u>35</u>
Não circulante		
Cotas de consórcios canceladas compradas (d)	38	155
Outros créditos	<u>38</u>	<u>155</u>
Total	<u>3.189</u>	<u>3.235</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- (a) Vendas de cotas cartão de crédito: registra os valores a receber relacionados a venda com cartão de crédito;
- (b) Créditos a receber: registra a taxa de administração a receber referente a inadimplentes, juntamente aos efeitos da respectiva provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Conforme o artigo 50º da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023, o Mycon Consórcios está classificado no Segmento S5. Em consequência, ela adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto para instituições dos segmentos S4 e S5. Esta abordagem utiliza percentuais fixos de provisão por categoria de crédito (C1 a C5), dispensando a aplicação de modelos estatísticos complexos. Em 30 de junho de 2026, os créditos a receber, já considerando a aplicação do critério de arrasto para ativos problemáticos, apresentou a seguinte composição:

		Em 30 de junho de 2026	Constituição	Em 31 de dezembro de 2025
Valor contábil bruto		2.607	-	2.601
Perdas esperadas		(463)	(47)	(416)
Créditos a receber líquidos de		2.144	-	2.185

Faixa de Atraso (Vencimento)	Rubrica	C1	C2	C3	C5	Total
Até 30 dias	Valor bruto	88	28	2	1.708	1.826
	PECLD	(11)	(5)	-	(176)	(192)
De 31 a 60 dias	Valor bruto	42	7	-	470	519
	PECLD	(8)	(2)	-	(71)	(81)
De 61 a 90 dias	Valor bruto	26	3	-	6	35
	PECLD	(7)	(2)	-	(2)	(11)
De 91 a 120 dias	Valor bruto	20	2	-	2	24
	PECLD	(7)	(2)	-	(2)	(11)
De 121 a 180 dias	Valor bruto	27	2	-	2	31
	PECLD	(12)	(2)	-	(1)	(15)
De 181 a 360 dias	Valor bruto	43	4	-	3	50
	PECLD	(26)	(4)	-	(3)	(33)
Acima de 360 dias	Valor bruto	53	38	1	30	122
	PECLD	(51)	(38)	(1)	(30)	(120)
Total Geral	Valor bruto	299	84	3	2.221	2.607
	PECLD	(122)	(55)	(1)	(285)	(463)
Saldo em 30/06/2026		177	29	2	1.936	2.144

- (c) Outros créditos: registra os valores de adiantamento a fornecedores e cotas canceladas a receber a curto prazo;
- (d) Cotas de consórcios canceladas compradas: registra as cotas a receber a longo prazo que a Companhia adquiriu.

9. Outros valores e bens

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante		
Despesas antecipadas (a)	244	93
Custos incrementais para obtenção de contratos (c)	2.271	1.120
	2.515	1.213
Não circulante		
Cotas de consórcios para formação grupos (b)	754	932
Custos incrementais para obtenção de contratos (c)	8.621	5.501
	9.375	6.433

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

- (a) Despesas antecipadas: registra as despesas com seguros e serviços de tecnologia contratados e que serão apropriadas de acordo com a competência;
- (b) Custos incrementais para obtenção de contratos: referem-se às comissões pagas a terceiros responsáveis pela comercialização de cotas de grupos de consórcios. Quando há a efetiva concretização da venda de cotas por meio desses parceiros, a Companhia torna-se responsável pelo pagamento de comissões e premiações aos intermediadores das respectivas operações. Esses custos são reconhecidos inicialmente no ativo como custos incrementais para obtenção de contratos, sendo posteriormente amortizados no resultado de forma linear ao longo do prazo de vigência de cada grupo e cota devidamente identificados, em conformidade com o regime de competência, conforme estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente;
- (c) Cotas de consórcios para formação grupos: refere-se as cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar financeiramente os grupos recém-inaugurados.

10. Imobilizado

10.a) Depreciação:

			Em 30 de junho de 2026	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios (i)	10	268	(78)	190
Instalações (ii)	20	727	(385)	342
Máquinas e equipamentos de uso (ii)	20	345	(150)	195
Equipamentos de comunicação (iii)	20	45	(28)	17
Sistemas de processamento de dados (iv)	20	2.130	(1.244)	886
Total		3.515	(1.885)	1.630

O prazo de vida útil do ativo imobilizado são:

- (i) Móveis e utensílios - 10 anos;
- (ii) Instalações e máquinas e equipamentos – 5 anos;
- (iii) Equipamento de comunicação – 5 anos;
- (iv) Sistemas de processamento de dados – 5 anos.

MYCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

10.b) Movimentação do imobilizado:

	Taxa anual de depreciação %	Em 31 de dezembro de 2025					Em 30 de junho de 2026
		Líquido	Adições	Depreciação	Baixa	Transferência entre contas	Líquido
Instalações	20	437	-	(95)	-	-	342
Móveis e utensílios	10	202	-	(12)	-	-	190
Máquinas e equipamentos de uso	20	146	75	(25)	-	(1)	195
Equipamentos de comunicação	20	17	3	(2)	-	(1)	17
Sistemas de processamento de dados	20	853	239	(208)	-	2	886
Total		1.655	317	(342)	-	-	1.630

11. Intangível

a) Composição do intangível:

Descrição	Status	Valor de custo	Valor líquido
Newco (i)	Em utilização	1.900	1.900
Data Lake (ii)	Em utilização	676	496
Martech - Vendas (ii)	Em utilização	716	525
Total		3.292	2.921

b) Movimentação do intangível:

	Taxa anual de Amortização %	Em 31 de dezembro de 2025				Em 30 de Junho de 2026
		Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Líquido
Software - Consórcio	-	300	-	-	-	300
Software - Mycon	-	1.000	-	-	-	1.000
Software - Powerleds	-	200	-	-	-	200
Software - Smule	-	400	-	-	-	400
Data Lake	-	563	-	(67)	-	496
Martech - Vendas	-	597	-	(72)	-	525
Total		3.060	-	(139)	-	2.921

(i) Intangível incorporado

Em 31 de outubro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a incorporação de empresa Newco Tecnologia e Internet Ltda. (“Newco”), com sede em São Paulo – SP através de transação entre Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. e MMK Empreendimentos e Participações Ltda. Contudo, tendo em vista que o Banco Central do Brasil, autarquia responsável pela regulamentação das administradoras de consórcios, na forma da Lei nº 11.795 de 8 de outubro de 2008, não aprovou a operação, a referida transação teve que ser desfeita. A Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de controladora do Mycon Administradora de Consórcios S.A. conduziu as tratativas jurídicas necessárias para regularização da situação. Após a formalização do acordo entre as partes, uma nova Assembleia Geral Extraordinária foi realizada e aprovada em 25 de junho de 2025, e a operação foi novamente submetida à apreciação do Banco Central do Brasil, sendo aprovada em 28 de janeiro de 2026.

A Newco, possuía, dentre suas atividades, operações de cunho intelectual através do desenvolvimento de software, no qual os valores, contabilizados e confirmados em laudos, demonstram valor patrimonial em 30 de setembro de 2021 de R\$ 1.900 em ativos intangíveis de licenças e softwares, dentre eles o Mycon, Powerleads, Smule e ferramentas diversas de consórcios. A contabilização deste intangível está a valor de custo e possui vida útil indefinida, conforme o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. O teste de recuperabilidade é realizado anualmente.

(ii) Intangível elaborado internamente

Em 28 de fevereiro de 2025, a Administradora finalizou dois projetos de ativos intangíveis no montante de R\$ 1.392. O primeiro projeto, denominado Data Lake, no montante de R\$ 676, envolve a coleta e análise de dados de clientes, permitindo gestão de dados, otimização de processos, redução de custos, além de criar modelos preditivos para melhorar a experiência com o cliente. O segundo projeto, denominado Martech Vendas, no montante de R\$ 716, trata de uma plataforma de vendas customizada para centralizar dados de clientes e organizar as informações provenientes de múltiplos canais de vendas. Esta plataforma permitiu à Companhia conhecer profundamente o comportamento e as preferências de seus clientes, viabilizando ações altamente personalizadas e potencializar a experiência do cliente para gerar resultados financeiros de médio e longo prazos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

12. Outros impostos e contribuições a recolher

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
PIS sobre faturamento	79	-
Cofins sobre faturamento	364	-
ISS sobre faturamento	437	474
INSS a recolher	525	521
FGTS a recolher	124	181
IRRF sobre salário a recolher	223	458
IRRF sobre serviços de terceiros a recolher	6	6
INSS sobre serviços de terceiros a recolher	1	2
PIS, COFINS, CSLL sobre serviços de terceiros a recolher	22	19
Contribuição sindical a recolher	2	2
	<u>1.783</u>	<u>1.663</u>

13. Obrigações trabalhistas

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão de férias	2.695	2.812
Provisão de 13º salário	908	-
Empréstimo consignado	46	32
	<u>3.649</u>	<u>2.844</u>

14. Provisão para programa de participação nos resultados (PPR)

Em 2025, a Administradora manteve o Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo sindicato da categoria. O montante correspondente vem sendo provisionado com base em métricas previamente estabelecidas, estando sua realização condicionada ao desempenho apurado em vendas, às avaliações de desempenho individuais e ao atingimento de indicadores de desempenho (OKRs) definidos para o exercício.

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para participação no resultado	1.127	4.771

15. Fornecedores

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Fornecedores de marketing a pagar	2.132	2.099
Fornecedores de tecnologia a pagar	424	2
Fornecedores de serviços a pagar	425	178
Fornecedores de comissão a pagar	1.801	971
Demais fornecedores a pagar	9	99
	<u>4.791</u>	<u>3.349</u>

São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

16. Receitas a diferir

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Circulante		
Receitas a diferir	390	240
Não circulante		
Receitas a diferir	1.498	1.088

Corresponde aos valores de taxa de administração recebida antecipadamente dos participantes dos grupos de consórcio, antes da efetiva prestação dos serviços aos quais estão vinculados ao contrato. O recebimento financeiro ocorre em momento anterior à transferência dos serviços contratados, o que exige, para fins de reconhecimento contábil adequado, o diferimento dessas receitas, sendo posteriormente amortizados no resultado de forma linear ao longo do prazo de vigência de cada grupo e respectiva cota, em conformidade com o regime de competência, conforme estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Não se enquadram nesse diferimento os valores recebidos a título de taxa de administração sobre lances, uma vez que tais montantes representam a contraprestação por serviço adicional vinculado à contemplação e à entrega do bem ao consorciado. Nesses casos, a obrigação de performance correspondente é considerada satisfeita no momento em que o lance é ofertado e a contemplação se efetiva, razão pela qual a receita é reconhecida no resultado no momento de sua efetiva realização, não se sujeitando ao diferimento linear aplicável às antecipações espontâneas de parcelas.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 28 de janeiro de 2026, foi deferido o pleito, com publicação no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2026, que aprovou a alteração da denominação social da Companhia para Mycon Administradora de Consórcios S.A., o aumento do capital social de R\$ 173.900 e a alteração da estrutura societária, sem mudança no controle societário final.

Em 29 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu novo aporte de capital no montante de R\$ 7.000 e integralizado ao capital social.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia recebeu novo aporte de capital no montante de R\$ 2.000, cujo processo de deferimento pelo Banco Central do Brasil permanece pendente até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

No encerramento do 1º semestre de 2026, o capital social da Companhia totaliza R\$ 237.715 (R\$ 56.815 em 2025), dividido em 237.715 (56.815 em 2025) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Acionistas	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	237.715	100,00%	56.814	99,998%
Itaguaçu Comércio e Participações S.A.	-	-	1	0,002%
	<u>237.715</u>	<u>100,00%</u>	<u>56.815</u>	<u>100,00%</u>

17.2 Dividendos

Em cada exercício, é assegurado o pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses da Assembleia Geral dos Sócios, a qual poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório, ou reter todo o lucro.

18. Créditos fiscais

	Em 31 de dezembro de 2025	Movimentações 2026	Em 30 de junho de 2026
Prejuízo fiscal	220.155	4.307	224.462
Base de cálculo negativa de CSLL	212.012	4.307	216.319

Em 30 de junho de 2026, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, representam créditos diferidos de imposto de Renda em R\$ 56.116 (R\$ 55.039 em 2025) e Contribuição Social em R\$ 19.469 (R\$ 19.081 em 2025). A Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, em razão do não atendimento aos critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020. Tais valores, embora não registrados contabilmente, poderão ser utilizados para compensação com lucros tributáveis futuros, conforme a legislação vigente.

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Taxa de administração	46.252	30.958
Despesas operacionais		
Despesas de pessoal	(18.080)	(17.311)
Despesas administrativas	(2.194)	(4.219)
Despesas com marketing	(19.654)	(22.583)
Despesas tributárias (a)	(7.597)	(5.126)
Depreciações e amortizações	(481)	(345)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(8.635)	(6.229)
Outras receitas operacionais	6.320	4.130
Despesas operacionais líquidas	<u>(4.069)</u>	<u>(20.725)</u>

- (a) Despesas relacionadas aos tributos incidentes sobre o faturamento, correspondentes ao ISS, PIS e COFINS;
(b) Despesas relacionadas à contratação de serviços de processamento de dados, operações com consórcios e demais serviços prestados por pessoas jurídicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

19.1. Taxa de administração

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Taxa de administração (a)	46.159	30.875
Taxa sobre recursos não procurados (b)	93	83
Total	<u>46.252</u>	<u>30.958</u>

- (a) A taxa de administração é a receita da Administradora pelos serviços relacionados à gestão e organização dos grupos de consórcios;
- (b) A receita de taxa de permanência é reconhecida e cobrada de forma constante sobre os saldos dos recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados e mantidos sob administração da Companhia.

19.2. Despesas de pessoal

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Salário/ Proventos	(11.112)	(10.391)
Encargos sociais	(3.124)	(2.917)
PPR	(1.086)	(1.841)
Benefícios	(2.596)	(2.143)
Treinamentos	(162)	(19)
Total	<u>(18.080)</u>	<u>(17.311)</u>

Com a expansão da Companhia, foram necessários mais investimentos na contratação de colaboradores operacionais e de gestão.

19.3. Despesas administrativas

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Aluguéis	(498)	(507)
Energia elétrica, água e condomínio	(181)	(163)
Promoções de vendas (a)	(365)	(2.373)
Custas	(113)	(118)
Outras despesas administrativas	(990)	(832)
PECLD	(47)	(226)
Total	<u>(2.194)</u>	<u>(4.219)</u>

- (a) As iniciativas voltadas à expansão das vendas, em conformidade com a estratégia do negócio, envolvem investimentos decorrentes da concessão de desconto na primeira parcela contratada pelo cliente.

19.4. Despesas tributárias

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Contribuições ao PIS	(872)	(585)
Contribuições ao COFINS	(4.022)	(2.698)
ISSQN	(2.629)	(1.754)
IPTU e outros	(74)	(89)
Total	<u>(7.597)</u>	<u>(5.126)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Com o constante investimento em ferramentas tecnológicas e em propaganda e marketing, há melhor conversão do processo de vendas das cotas de consórcios, elevando o faturamento e consequentemente uma maior apuração com despesas tributárias.

19.5. Despesas com serviços de terceiros

	Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Serviços advocatícios	(635)	(461)
Serviços de tecnologia da informação (a)	(4.115)	(4.691)
Comissões (b)	(1.644)	(73)
Operações de consórcio e demais serviços	(2.241)	(1.004)
Total	(8.635)	(6.229)

- (a) Refere-se aos investimentos para inovação contínua e excelência operacional. A Companhia tem investido fortemente em tecnologias de ponta que aprimoram nossos processos, aumentam a eficiência e proporcionam melhores experiências para nossos clientes e parceiros. Essas despesas incluem a modernização de sistemas, automação de rotinas, adoção de soluções em nuvem e inteligência artificial.
- (b) Refere-se ao diferimento das comissões pagas a terceiros responsáveis pela comercialização de cotas de grupos de consórcios, cujos valores são registrados segundo o regime de competência, e apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de vigência do grupo de consórcio.

19.6. Despesas com marketing

	Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Propagandas de TV e Digital	(21.265)	(24.005)
Prestadores de Serviços	(190)	(755)
Crédito de PIS/ COFINS	1.801	2.177
Total	(19.654)	(22.583)

Por possuir um modelo de negócio de venda predominantemente digital, o Mycon Consórcios utiliza as ferramentas de propaganda e publicidade para alcançar o cliente final. A Companhia tem mantido seus investimentos em marketing para manter o crescimento dos negócios.

19.7. Outras receitas operacionais

	Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Multas e juros	1.183	698
Taxa de cadastro	4.403	2.731
Taxa de formalização	734	701
Total	6.320	4.130

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 9%

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Resultado antes dos efeitos tributários	(4.517)	(21.098)
Adições e exclusões	210	(775)
Base de cálculo do IR e da CS	(4.307)	(21.873)
Compensação do Prejuízo Fiscal (30%)	-	-
Prejuízo fiscal	(4.307)	(21.873)

21. Contingências

A Administradora é parte em processos judiciais e em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Cíveis: as principais ações estão relacionadas às reclamações de consorciados.

Na data da demonstração financeira, a Administradora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Processos trabalhistas e previdenciárias	68	68
Bloqueio judicial	16	15
Não circulante	84	83

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Administradora possui ações classificadas pelos assessores jurídicos como “provável” no valor de R\$ 522 (R\$ 443 em 2025). Os valores classificados pelos assessores jurídicos como “possíveis”, para as quais não há provisão constituída, totalizam o montante de R\$ 8.674 (R\$ 8.260 em 2025). A movimentação das provisões para contingências está demonstrada abaixo:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2025	443
Constituição provável no 1º semestre de 2026	292
Baixa por pagamentos no 1º semestre de 2026	(213)
Saldo em 30 de junho de 2026	522

22. Partes relacionadas

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Salários e encargos	(2.442)	(2.139)
Programa de Participação nos resultados	(256)	(224)
	(2.698)	(2.363)

A remuneração com pessoal-chave da administração refere-se a participações nos lucros, honorários e encargos dos diretores estatutários da Companhia, no montante de R\$ 2.698 em junho de 2026 (R\$ 2.363 em junho de 2025).

Os salários e encargos do semestre de 2026 foram integralmente quitados, permanecendo em aberto o Programa de Participação nos resultados a serem liquidados no exercício de 2027.

No primeiro semestre de 2026, foram realizados pagamentos à Grande Vitória Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.464.602/ 0001-62, com sede em Vitória (ES), no montante de R\$ 60 (R\$ 73 no primeiro semestre de 2025).

Em 30 de junho de 2026 e 2025, não havia saldos a pagar ou a receber em aberto com partes relacionadas.

23. Resultado não operacional

	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Despesas não operacionais (a)	(111)	(223)
Receitas não operacionais (b)	1	2
	(110)	(221)

(a) Refere-se ao complemento da provisão da contingência provável e baixa de despesas indedutíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

24. Recursos não procurado

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante		
Recursos a devolver de grupos encerrados	161	887
Compensação		
Recursos a devolver de grupos encerrados	3.065	10.577

Os recursos não procurados são compostos, principalmente, por valores de fundo de reserva a distribuir, créditos não recebidos e valores a pagar a consorciados desistentes ou excluídos de grupos encerrados, cujos respectivos beneficiários ainda não realizaram o resgate.

A Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, determina que os recursos não procurados, independentemente de sua origem, devem receber tratamento contábil específico, de forma segregada dos registros contábeis próprios da administradora de consórcio. Em regulamentação ao disposto na referida Lei, o Banco Central do Brasil editou a Resolução BCB nº 156/ 2021, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

De acordo com a referida Resolução, na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos não procurados nas respectivas contas de compensação, ressalvados aqueles constituídos anteriormente à vigência da Lei nº 11.795/ 2008. Esses recursos permanecem registrados no ativo e no passivo da administradora, observando-se o tratamento contábil aplicável aos valores constituídos anteriormente à referida Lei.

Em 30 de junho de 2026, a Administradora apresentava o saldo de R\$ 161 registrado no passivo, referente exclusivamente aos recursos de grupos de consórcio encerrados que foram constituídos anteriormente à vigência da Lei nº 11.795/ 2008. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado era de R\$ 887.

Durante o primeiro semestre de 2026, foram realizadas movimentações relacionadas aos recursos não procurados, incluindo a transferência de R\$ 7.206 ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), realizada em 17 de junho de 2026, em cumprimento à Medida Provisória nº 1.355/ 2026 e à Portaria Normativa MF nº 1.243/ 2026, e suas alterações posteriores.

A maior parte das baixas dos recursos não procurados ocorreu por meio de movimentações em contas de compensação.

25. Gerenciamento de risco

A Administração considera o gerenciamento de riscos uma atividade relevante, em função do modelo de negócios da Companhia e do ambiente normativo em que está inserida. O objetivo do gerenciamento de riscos é identificar, avaliar e mitigar eventos que possam impactar a continuidade operacional, os resultados e a reputação da Companhia, por meio de controles internos compatíveis com seu porte e complexidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

A Companhia está exposta, principalmente, a riscos operacionais, de crédito, regulatórios e reputacionais, os quais são monitorados de forma contínua pela Administração.

A Companhia não possui dívidas financeiras relevantes nem ativos ou passivos expostos de forma significativa a variações de taxas de juros, câmbio ou outros índices macroeconômicos que demandem análises de sensibilidade na data-base destas demonstrações financeiras.

26. Resultados não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 para o semestre findo em 30 de junho de 2026, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para o semestre apresentado.

27. Limites operacionais

Em conformidade com o art. 8º da Resolução BCB nº 234, de 27 de julho de 2022, as administradoras de consórcio estão sujeitas ao limite operacional de alavancagem e limite de imobilização, que estabelece que a soma dos saldos das operações passivas e dos recursos dos grupos de consórcio não pode exceder 6 (seis) vezes o valor do Patrimônio Líquido Ajustado ("PLA") da Administradora e o montante de recursos aplicados no ativo permanente deve corresponder a, no máximo, uma vez o valor do Patrimônio Líquido Ajustado.

O Mycon Consórcios se encontra enquadrada nos limites, conforme o quadro abaixo:

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Margem disponível no limite de imobilizações	5.495	447
Margem disponível no limite de alavancagem	12.977	723

A Resolução Conjunta nº 14/ 2025 e a Resolução BCB nº 517/ 2025, publicadas em 3 de novembro de 2025 pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em conjunto com o Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceram uma nova metodologia para apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas normas substituem o modelo anterior da Resolução BCB nº 234, de 27 de julho de 2022.

A nova metodologia entrou em vigor em novembro de 2025 e prevê um período de transição com cumprimento gradual das exigências, com plena aplicação até 2028.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia encontra-se em conformidade com os requisitos aplicáveis da regulamentação vigente, atendendo às exigências estabelecidas para o período de transição.

28. Outros assuntos

i. Arbitragem

Considerando que o Banco Central do Brasil, autarquia responsável pela supervisão das administradoras de consórcios, conforme disposto na Lei nº 11.795/2008, não aprovou a parceria estruturada entre Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. e MMK Empreendimentos e Participações Ltda., a referida transação teve que ser desfeita.

Em decorrência disso, no dia 13 de maio de 2024, a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de controladora do Mycon Administradora de Consórcios S.A., requereu a instauração de procedimento arbitral com o objetivo de reconhecer a legalidade da resolução da parceria e apurar eventual obrigação de pagamento à MMK Empreendimentos e Participações Ltda., em razão da transferência de ativos de propriedade intelectual ao Mycon Administradora de Consórcios S.A.

O procedimento arbitral foi encerrado e arquivado em 12 de maio de 2025, por acordo entre as partes envolvidas, confirmando-se a transferência definitiva dos ativos de propriedade intelectual ao Mycon Administradora de Consórcios S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 11.i, o aumento de capital referente a incorporação desse ativo, foi novamente submetido ao Banco Central do Brasil e aprovado em 28 de janeiro de 2026.

O Mycon Consórcios segue sendo controlada pela Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.

ii. Serviços prestados pelos auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Companhia, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro
de 2025
(Em milhares de Reais)

29. Eventos subsequentes

a) Reforma tributária

A Administração entende que a Reforma Tributária representa uma mudança estrutural relevante no sistema tributário brasileiro, exigindo adaptações operacionais, sistêmicas e estratégicas.

Nesse contexto, a Companhia vem adotando medidas proativas para garantir sua adequada transição ao novo modelo, buscando assegurar conformidade regulatória, eficiência operacional e mitigação de riscos fiscais ao longo do período de implementação.

b) Aporte para aumento de capital

Após o encerramento do primeiro semestre de 2026, a Companhia recebeu aportes de capital que totalizaram R\$ 9.000, sendo R\$ 3.000 em 2 de julho de 2026 e R\$ 6.000 em 3 de agosto de 2026. Esses recursos destinam-se ao fortalecimento da estrutura de capital e à continuidade das operações da Companhia.

Francis Augusto da Silva
Diretor Adm. e Financeiro
CRC 310061/ O-1 – SP

Robson Subtil de Amorim
Diretor de Risco & Compliance
CRA 6093 – ES

Luiz Antonio Ribeiro Santiago
Contador
CRC 1SP246334/ O-0